



ORÇAMENTO CIDADÃO 2021



Ficha Técnica

Designação: Orçamento Cidadão 2021

Periodicidade: Anual

Elaboração: Direcção Nacional do Orçamento do Estado (DNOE)

Colaboração: Gabinete de Estudos e Relações Internacionais (GERI) e Direcção Nacional do Investimento Público (DNIP)

Publicação: Ministério das Finanças

Edição e Projecto gráfico: Gabinete de Comunicação Institucional (GCI)

Fotos: Gabinete de Comunicação e Institucional e UNICEF

Endereço:

Ministério das Finanças

Largo da Mutamba Palácio das Finanças

C.P.: 1235, Luanda - Angola

E-mail: dnoe@minfin.gov.ao

gci@minfin.gov.ao

www.minfin.gov.ao

A publicação regular, nos últimos anos, do Orçamento Cidadão (OC) é uma demonstração inequívoca do compromisso do Ministério das Finanças e do Governo de Angola, de uma maneira geral, com a transparência e a literacia para uma cidadania participativa e responsável.

O Orçamento Cidadão não é um novo Orçamento. Tudo o que é aqui apresentado advém do Orçamento Geral do Estado, só que de uma forma mais resumida, mais simples e bastante prática.

E, como acontece em todos os anos, com o OC2021 o Executivo pretende aproximar-se ainda mais dos cidadãos, informando o quanto de receita prevê receber ao longo deste ano, e o quanto desses recursos irá usar na sua província e no seu município, para melhorar os serviços de saúde, da educação, assim como apoiar a protecção das famílias angolanas, crianças, idosos, desempregados e os cidadãos sem habitação mediante programas específicos criados no OGE.

Como podemos perceber, é no OGE onde o Executivo programa financeiramente como vai cuidar de todos os angolanos e cidadãos estrangeiros residentes no País, mas também o quanto vai gastar para alavancar o crescimento económico de Angola, reduzir a pobreza e as desigualdades económicas e sociais. São prestadas também informações sobre como o Executivo planeia melhorar as infraestruturas de transportes, para facilitar a circulação das pessoas e das mercadorias bem como os investimentos que prevê realizar na agricultura, pescas, silvicultura, construção e turismo.



VERA DAVES DE SOUSA
MINISTRA DAS FINANÇAS

“O Orçamento Cidadão não é um novo Orçamento. Tudo o que é aqui apresentado advém do Orçamento Geral do Estado, só que de uma forma mais resumidas, mais simples e bastante prática.”

Assim sendo, para este ano de 2021, o Executivo pretende conseguir uma receita total de 14,8 biliões de Kwanzas. Destes, cerca de 53% vai utilizar para pagar dívidas contraídas no passado e que foram usadas para financiar projectos com impacto económico e social. Os restantes 47%, ou seja, 7,9 biliões de Kwanzas serão usados para financiar actividades em todas as áreas que acima mencionei, incluindo o funcionamento das instituições do Estado.

Mas é importante que todos tenhamos presente a seguinte questão: Onde é que o estado vai buscar este dinheiro?

Os recursos financeiros para fazer face à despesa prevista advém, sobretudo, da receita de Endividamento e dos Impostos Petrolíferos, que, em conjunto, representam mais de 69,3% da receita total.

Em suma, o Orçamento Cidadão é um compromisso com a transparência no sentido de uma aproximação e abertura ao diálogo com os cidadãos, levando-os a participarem no desenho, implementação e controle dos projectos do Estado ou cujos recursos advenham do erário público.

SUMÁRIO

1	O QUE É ORÇAMENTO DO ESTADO ?	5
2	ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO (OGE)	6
3	FORMAS DE APRESENTAÇÃO DA DESPESA	7
4	FASES DO CICLO ORÇAMENTAL	8
5	LINHAS DE FORÇA QUE SUSTENTAM O OGE 2021	10
6	PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS	11
7	FONTES DE RECEITAS DO ESTADO	12
8	DESPESAS DO OGE 2021	13
9	EM QUE ÁREAS SERÃO GASTOS OS RECURSOS PÚBLICOS/DESPESA FISCAL	14
10	A SAÚDE EM DETALHE	17
11	TOP PROGRAMAS DA SAÚDE EM 2021	18
12	A EDUCAÇÃO EM DETALHE	19
13	TOP PROGRAMAS DA EDUCAÇÃO EM 2021	20
14	PROTECÇÃO SOCIAL	21
15	PROGRAMA KWENDA	22
16	PROGRAMA INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E COMBATE À POBREZA	23
17	PROGRAMA INTEGRADO DE INTERVENÇÃO NOS MUNICÍPIOS (PIIM)	25
18	PROGRAMA DE INVESTIMENTO PÚBLICO (PIP)	26
19	LEITURA TERRITORIAL DO ORÇAMENTO 2021	29
20	MEDIDAS PARA REANIMAÇÃO DA ECONOMIA NACIONAL	31

O QUE É ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO ?



1. O Orçamento Geral do Estado é o plano financeiro que o Executivo Angolano prepara em cada ano para governar o país, e nele apresenta o quanto de dinheiro prevê conseguir nesse mesmo ano, de onde virá esse dinheiro e que despesas pretende realizar com esse dinheiro para alavancar o crescimento da economia angolana, atender a necessidades básicas da população e melhorar a condição e a qualidade de vida dos cidadãos e honrar outros compromissos do país.

2. Apesar do Orçamento Geral do Estado ser preparado pelo Executivo, ele é aprovado pela Assembleia Nacional isto porque é a instituição do país que representa a voz de todos os cidadãos. Assim, a aprovação do Orçamento Geral do Estado pela Assembleia Nacional é uma forma indirecta, democrática, participativa e inclusiva de aprovação do Orçamento Geral do Estado pelos cidadãos por via dos nossos deputados.

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO (OGE)

PORQUÊ DO ORÇAMENTO DO CIDADÃO?



VISÃO Garantir a participação dos cidadãos nas fases do processo Orçamental (**Elaboração, Aprovação, Execução e Controlo**), assegurando maior transparência na gestão dos recursos financeiros públicos.



MISSÃO Informar ao Cidadão de forma simplificada a composição e propósito do Orçamento Geral de Estado (**OGE**).



“...Um compromisso do Governo com o Cidadão.”



Caro Cidadão,

Pelo seu compromisso com a transparência no processo orçamental, o Governo de Angola, através do **Ministério das Finanças**, apresenta o boletim - **Orçamento Cidadão 2021**, cujo objectivo é informar a sociedade como o Governo pretende obter as receitas, onde vai gastá-las e quais os principais objectivos para o ano financeiro corrente.

FORMAS DE APRESENTAÇÃO DA DESPESA

No OGE, o Executivo apresenta a despesa de cinco maneiras diferentes, a saber:

1. APRESENTAÇÃO ORGÂNICA DA DESPESA

O Executivo mostra o quanto cada instituição da Administração Pública vai gastar assim como a Assembleia Nacional e os Tribunais.

2. APRESENTAÇÃO DA DESPESA POR NATUREZA ECONÓMICA

Dessa forma, o Executivo mostra como a despesa poderá influenciar a economia, através do consumo e do investimento.

3. APRESENTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES

Aqui o Executivo mostra em que áreas irá gastar ao longo do ano.

4. APRESENTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMAS

Nessa forma de apresentação, o Executivo mostra todas as suas despesas arrumadas por programas orçamentais, como é o Água para todos, PIIM, etc.

5. APRESENTAÇÃO TERRITORIAL DA DESPESA

Nessa forma de apresentação do Orçamento, o Executivo como a despesa é distribuída pelas províncias do País, como veremos adiante.

Caro Cidadão,

Para o ano 2021, o OGE contempla **70** programas, com base no Plano de Desenvolvimento Nacional.(PDN) 2018-2022.



FASES DO CICLO ORÇAMENTAL

1

Preparação (Maio – Outubro)

Durante o período que antecede aquele que respeita o Orçamento, a proposta orçamental é preparada pelo Governo, Envolvendo todos órgãos do Sistema Orçamental (Ministérios, Órgãos de Soberania, Governos Provinciais, Comissão Nacional Eleitoral e Institutos Autónomos), que em conjunto definem as prioridades da distribuição de recursos.

Na fase de preparação, os Órgãos do Sistema Orçamental da **Administração Central** procedem a **recolha de contribuições, junto dos seus Parceiros Sociais** com os quais tenham conexão no desenvolvimento da sua actividade.

Os Órgãos da **Administração Local** devem igualmente garantir que as suas **propostas** sejam **apreciadas** em Conselhos de Auscultação e Concertação Social Provincial e Municipal e de Auscultação da Comunidade.

A proposta final é remetida pelo Titular do Poder Executivo à Assembleia Nacional até ao dia 31 de Outubro.

2

Discussão e Votação (Novembro – Dezembro)

Num prazo de 45 dias, a proposta deve ser discutida e aprovada pela Assembleia Nacional, com as eventuais alterações.

2.1

Promulgação (Dezembro)

Após aprovada pela Assembleia Nacional, o documento vai a promulgação pelo Presidente da República, passando a constituir **Lei do Orçamento Geral do Estado**.

3

Execução (Ano do Orçamento)

A **Lei do Orçamento Geral do Estado entra em vigor a 1 de Janeiro**. O governo é responsável pela Execução Orçamental, isto é, obtenção das Receitas Previstas e realização das Despesas, nos termos da lei, ao longo do ano Orçamental.

4

Prestação de Contas (Setembro)

Até 30 de Setembro do ano seguinte ao do Orçamento, o Governo apresenta a Conta Geral do Estado, onde apresenta as Receitas e Despesas Executadas em relação as Orçamentadas.

A Assembleia Nacional e o Tribunal de Contas desempenham um papel importante na Fiscalização do Orçamento Geral do Estado.

4.1

Fiscalização

A Assembleia Nacional aprecia e vota a **Conta Geral do Estado** até 30 de Junho, tendo em conta o parecer do Tribunal de Contas.

LINHAS DE FORÇA QUE SUSTENTAM O OGE 2021

Em termos gerais, o OGE 2021 pretende continuar a agenda das reformas económicas, para em resumo atrair mais investimento privado, o que gerará mais empregos. Especificamente ao OGE 2021, apontamos as seguintes linhas de força:

- ✿ Garantia da disponibilização dos **SERVIÇOS PÚBLICOS FUNDAMENTAIS** para o **NORMAL FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DO ESTADO**;

- ✿ Perseguir a **EFICIÊNCIA** e a **JUSTIÇA TRIBUTÁRIA**, sem agravar as taxas de imposto;

- ✿ Promover programas que apoiem **CRESCIMENTO ECONÓMICO**, com ênfase no **SECTOR NÃO PETROLÍFERO**;

- ✿ Racionalizar e priorizar a execução da Despesa, de forma a permitir Alocação **EFICIENTE** do **GASTO e PATRIMÓNIO DO ESTADO**.

- ✿ Gerir activamente a **DÍVIDA PÚBLICA** para reduzir o nível de endividamento e libertar mais recursos financeiros para investimentos.



PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS

O OGE 2021 foi elaborado com base nos seguintes indicadores macroeconómicos:

39 (USD/Bbl) Preço Médio do Barril de Petróleo

1220,4 (MBbl/dia) Produção Petrolífera

27 (USD/BOE) Preço Médio do Gás

18,7 (%) Taxa de Inflação Fim de Período

9 141 (Mil quilates) Produção de Diamantes

0 (%) Taxa global de crescimento do PIB

2,1 (%) Taxa de crescimento do PIB não petrolífero

-6,2 (%) Taxa de crescimento do PIB petrolífero

As projecções fiscais apontam para os seguintes indicadores fiscais:

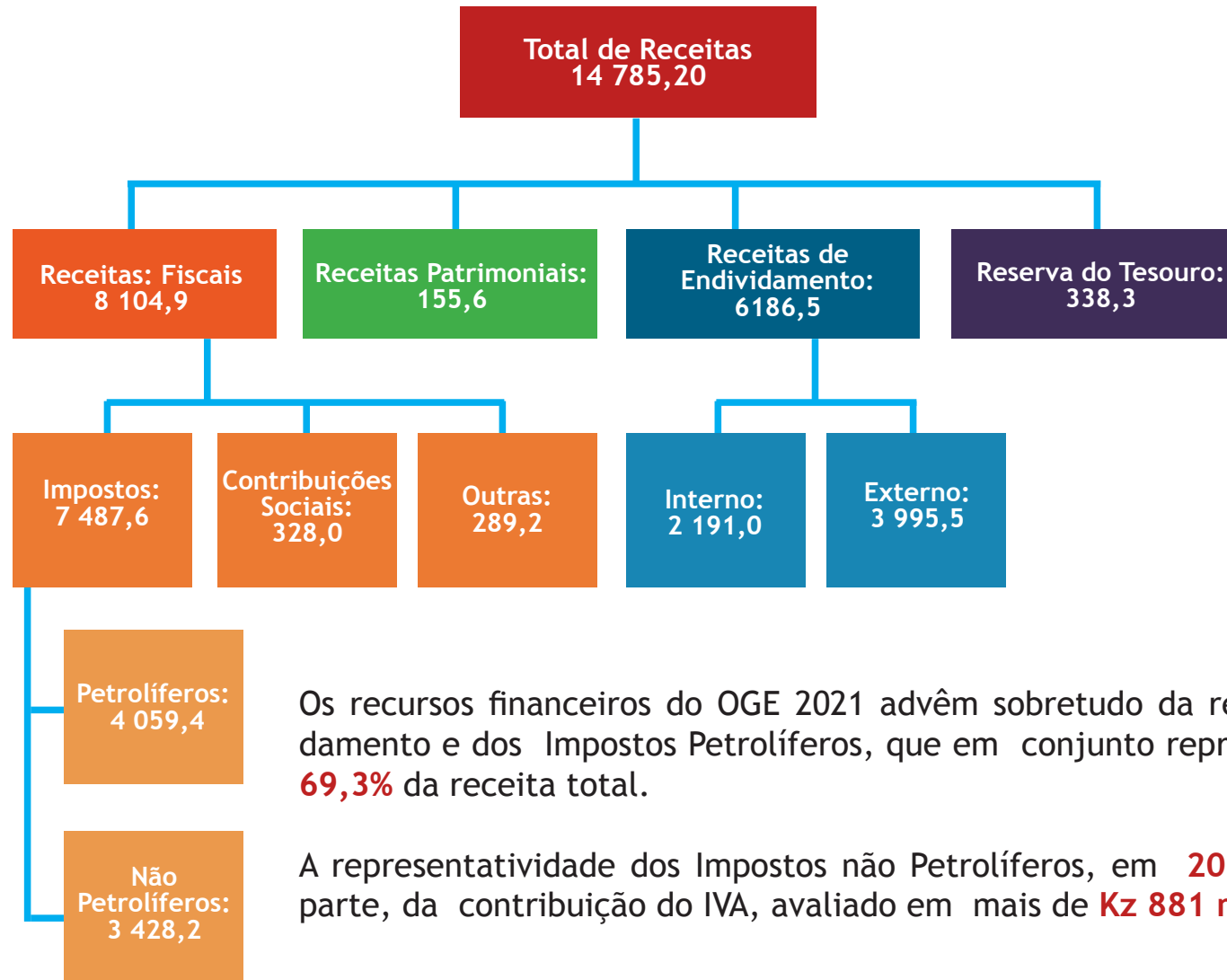
2,3 (%PIB) Saldo global deficitário

6680,3 mil milhões Kz Necessidades brutas de financiamento para o OGE 2021

1685,3 mil milhões Kz Necessidades líquidas de financiamentos



FONTES DE RECEITAS DO ESTADO



Os recursos financeiros do OGE 2021 advêm sobretudo da receita de Endividamento e dos Impostos Petrolíferos, que em conjunto representam mais de **69,3%** da receita total.

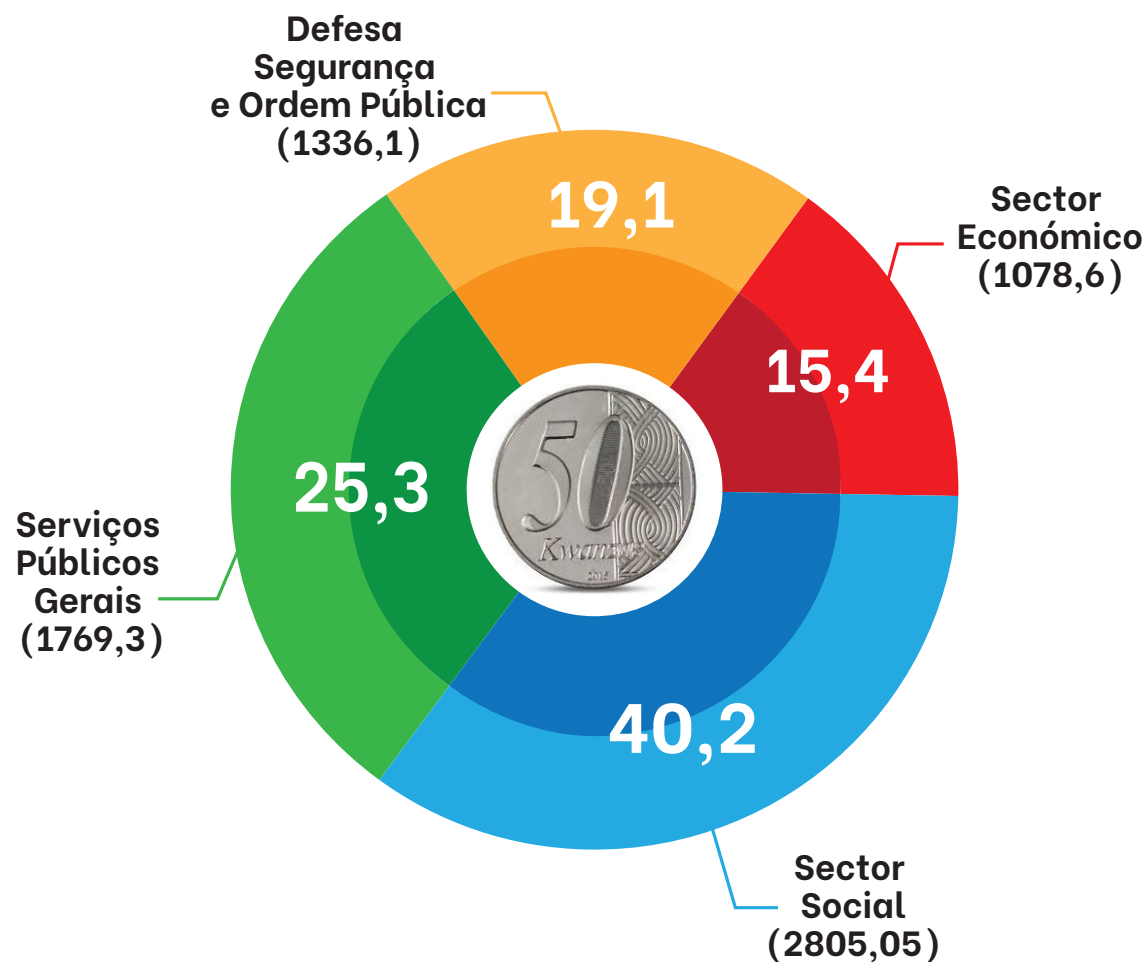
A representatividade dos Impostos não Petrolíferos, em **20,7%**, resulta, em parte, da contribuição do IVA, avaliado em mais de **Kz 881 mil milhões**.

DESPESAS DO OGE 2021

O OGE previsto para o exercício económico de 2021 está fixado em **Kz 14 785,2 mil milhões**, mais **9,9 %** em relação ao OGE 2020 Revisto.

Distribuição Funcional da Despesa (KZ Mil Milhões)		
DESPEZA FISCAL PRIMÁRIA	6,989,5	47,30%
Sector Económico	1078,6	7,30%
Defesa, Segurança e Ordem Pública	1336,1	9,00%
Serviços Públicos Gerais	1769,3	12,00%
Sector Social	2805,05	19,00%
DESPEZA FINANCEIRA	7795,7	52,70%
TOTAL DAS DESPESAS DO OGE 2021	14 785,20	100%

EM QUE ÁREAS SERÃO INVESTIDOS/ APLICADOS OS RECURSOS PÚBLICOS/DESPESA FISCAL



Fonte: OGE 2021

Nota: Não inclui o peso da dívida pública

O Sector Económico



O aumento do investimento do sector económico deve-se em grande medida à estratégia de dinamizar a economia nacional, com ênfase no fomento da iniciativa privada.

Aqui destacam-se projectos que visam a melhoria do ambiente de negócios e concorrência ou ainda os projectos do sector eléctrico, fomento da produção agrícola, desenvolvimento das tecnologias, melhoria da segurança alimentar, entre outros.

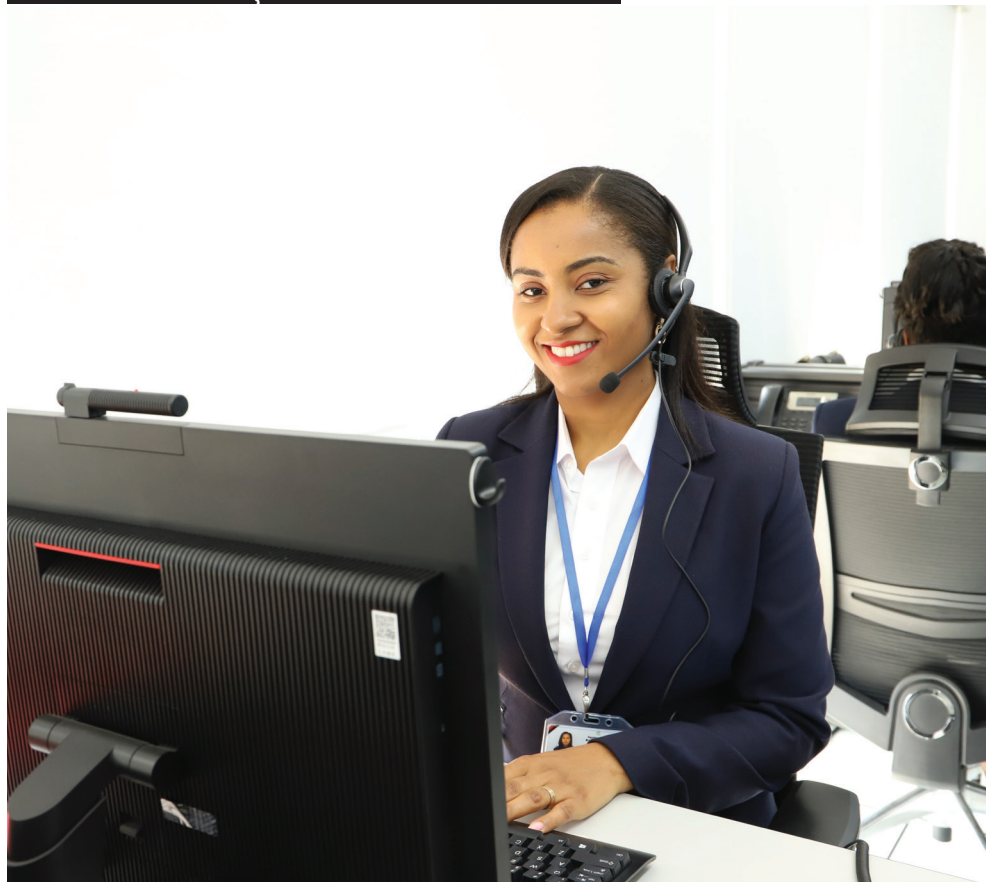
O Sector Social



O compromisso para com o sector social visa dar continuidade ao asseguramento da concretização dos objectivos de desenvolvimento sustentável e inclusivo do país.



Sector Serviços Públicos Gerais



Este crescimento é suportado pelo aumento da dotação orçamental atribuída aos Assuntos Financeiros e Fiscais **(128,2%)** e aos Órgãos Executivos **(23,4%)**, respectivamente. De realçar apoio financeiro à actividade económica, manutenção das infra-estruturas administrativas, contribuições às organizações internacionais, etc.

O Sector da Defesa, Segurança e Ordem Pública



A dotação referente à defesa regista um acréscimo de cerca de **7,0%**, destacando o apetrechamento técnico-militar e o programa de desenvolvimento da indústria da defesa.

A SAÚDE EM DETALHE



No OGE de 2021, a saúde tem um peso de **5,7%**, que corresponde a mais de **851 mil milhões**, representando um incremento de **24%** em relação ao OGE 2020 Revisto.

O gráfico ao lado mostra que, do período de **2017 a 2021**, o Sector da Saúde apresenta sucessivo incremento orçamental no período, sendo que de forma acumulada corresponde a um aumento de **1.165%** entre **2017 e 2021**.



TOP PROGRAMAS DA SAÚDE EM 2021:

Na Função Saúde, cerca de **Kz 162 mil milhões (19%)** dos recursos serão destinados ao **Combate às Grandes Endemias pela Abordagem das Determinantes da Saúde** e **13%** para a **Melhoria da Assistência Médica e Medicamentosa**, para além de outros programas do sector da saúde.

Os recursos destinados ao combate às Grandes endemias visam dinamizar acções importantes de saúde, com a implementação de programas de saúde pública, combate à lepra, malária, tuberculose, assim como a Prevenção e Combate a Pandemia da COVID-19.

Malária, Saúde Materno - Infantil no OGE 2021

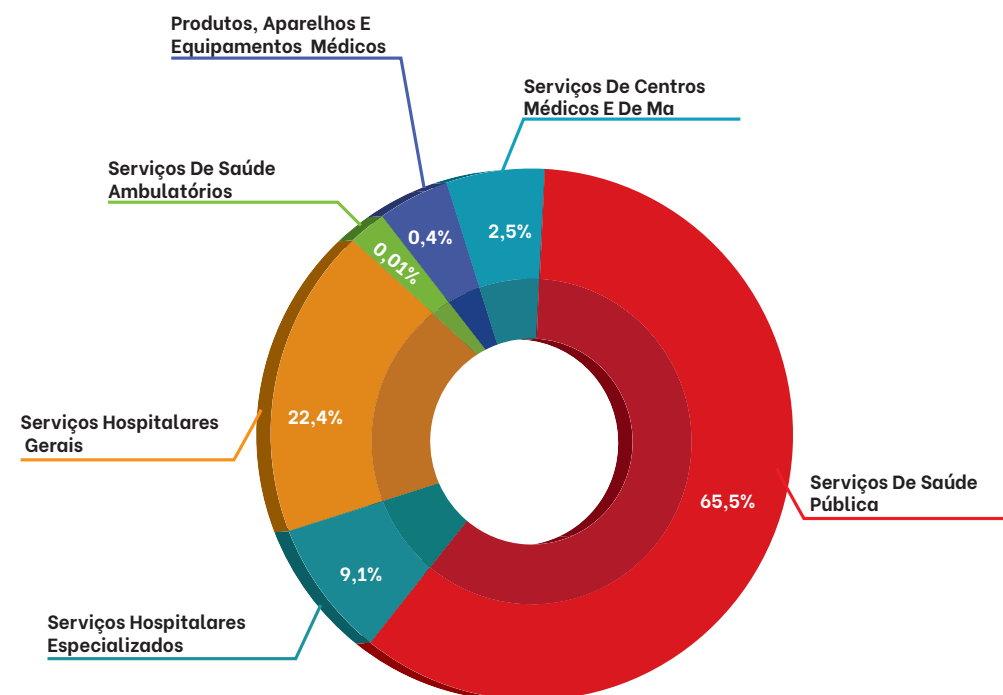
O Combate à malária continuará a merecer atenção especial no orçamento, de tal modo que o projecto beneficia mais de **Kz 19 mil milhões**.

A saúde materno-infantil, por outro lado, beneficia cerca de **Kz 2,3 mil milhões** em diversos projectos que visam melhorar o quadro da saúde nas diferentes localidades do país, com construção de

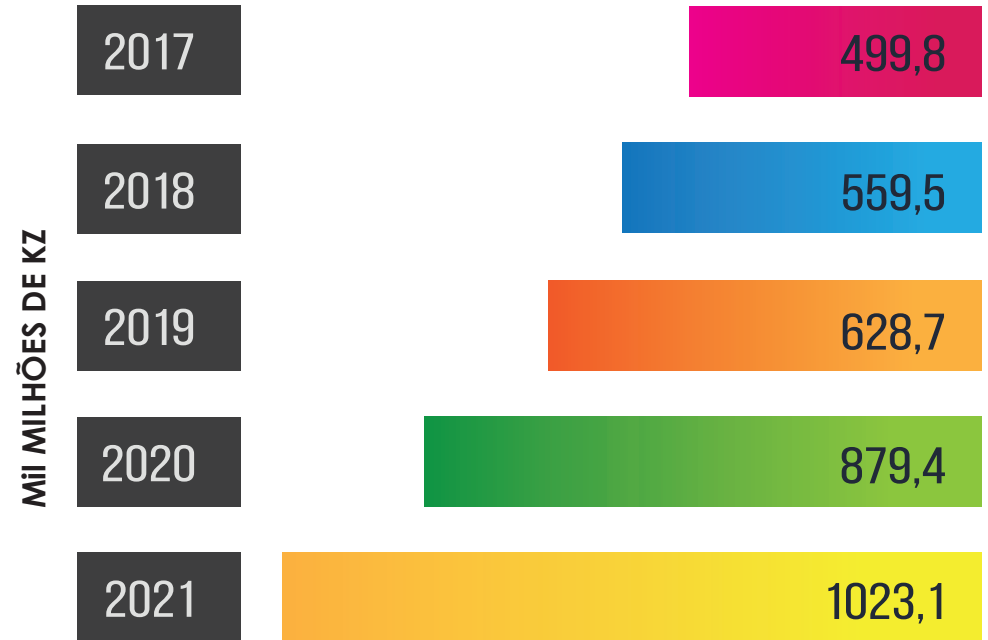
hospitais, centros materno infantis, programa de vacinação entre outros.

Dotação por Sub-função no Sector da Saúde:

No OGE 2021, os Serviços de Saúde Pública terão o maior orçamento do sector, representando em cerca de **65%**, conforme se ilustra:



A EDUCAÇÃO EM DETALHE



O OGE 2021 comporta recursos em mais de **Kz 1 023,1 mil milhões** para o sector da educação, o que corresponde a um aumento de **15%** em relação ao OGE Revisto de 2020.

No gráfico ao lado é visível a evolução positiva do orçamento da educação que entre 2017 e 2019 corresponde a um crescimento anual de **12%** e de **40%** entre 2019 e 2021.



TOP PROGRAMAS DA EDUCAÇÃO EM 2021:

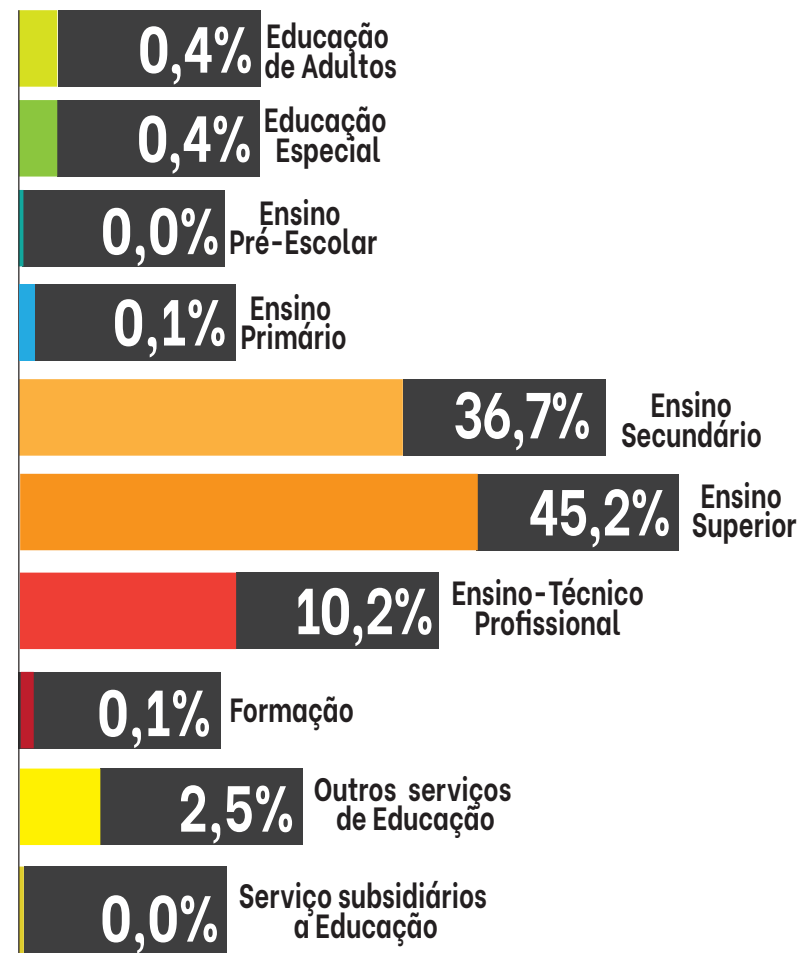
Ao nível de todo território nacional estão previstos vários programas para a educação, entre os quais destaca-se a melhoria da qualidade e desenvolvimento do ensino primário, que beneficia de uma dotação de **10,5%** do orçamento do sector.

Principais projectos: prestação de serviços de ensino, formação técnico profissional, bolsas de estudo, aquisição de mobiliário e material escolar.

Bolsas de Estudo no OGE 2021

1 - Bolsas De Estudo Internas, orçado em mais de **Kz 13 mil milhões**, e

2 - Bolsas De Estudos Externas, **Kz 29 mil milhões**



PROTECÇÃO SOCIAL



O Executivo aprovou o Projecto de Fortalecimento do Sistema Nacional de Protecção Social, cuja principal componente são transferências monetárias para camada da população mais vulnerável. **Em Maio de 2020** começou a fase piloto do Programa Kwenda

que prevê beneficiar cerca de **1.608.000 famílias** nas **18 províncias do país**.

Este programa irá ajudar a combater a pobreza, não gerando dependências, mas fomentando igualmente a inclusão produtiva da população.

Programa KWENDA



KWENDA
Caminhar

No OGE 2021, o Programa KWENDA conta com uma dotação orçamental de mais **31,81 mil milhões**.

O programa possui três componentes essenciais, nomeadamente:

- ❁ Transferências sociais monetárias, por via de uma

atribuição trimestral de **KZ 25,500 a cada família beneficiária**;

- ❁ Inclusão produtiva, por via de acções geradoras de rendimento, para famílias cadastradas com capacidade produtiva;

- ❁ Cadastro social único das famílias vulneráveis, saber quantas precisam do apoio directo do Governo, numa plataforma integrada de protecção social.

Parceiro Financeiro	Banco Mundial	Número de Famílias Alvo	1,608,000
Data de Aprovação	16 de Julho de 2019	Base Estatística	Estudos Recentes do INEA sobre a Pobreza Urbana
Entrada em Vigor da Fase Piloto	Maior de 2020	Valor Estimado da Transferência	KZ 8,500 por Família (mensal)
Montante do Financiamento	USD 320 milhões	Municípios	40 que Concentram Elevada Pobreza Urbana

PROGRAMA INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E COMBATE À POBREZA



Estratégia de Intervenção 2018 - 2022

Redução dos índices de incidência da Pobreza de **36,6%** para **25%**, até 2022, criando efeitos geradores de renda e de produção;

Orientação clara para o Desenvolvimento Local como estratégia de Combate à Pobreza, na perspectiva da Municipalização da Acção Social

Em cada um dos 164 Municípios é alocado **Kz: 25.000.000,00/mês** para realizar despesas deste Programa.

No OGE 2021 o Programa está orçado em **Kz: 52,23 mil milhões**

Objectivos

- ❁ Contribuir para a Eliminação da Pobreza Extrema;
- ❁ Concluir o processo de reintegração dos **80.537 Ex-militares**;
- ❁ Promover o acesso dos cidadãos aos factores de produção: Terra, Capital, Equipamento e Conhecimento.



PROGRAMA INTEGRADO DE INTERVENÇÃO NOS MUNICÍPIOS (PIIM)



TEM COMO OBJECTIVO

Materializar acções de Investimento Públicos (PIP);

Despesas de Apoio ao Desenvolvimento (DAD) e de Actividades Básicas (Act).

PRIORIDADES DO PIIM:

Acções de carácter social, de modo a inibir o êxodo rural;

Promover o crescimento económico, social e regional mais inclusivo no País;

Aumentar a autonomia dos 164 municípios de Angola no âmbito da política de desconcentração e descentralização das competências administrativas;

Aumentar a qualidade de vida em todo o território nacional.

Montante Global Liquidado

Kz. 185 314 047 868,00

Unidades Orçamentais

188

Projectos em Execução

1 737

Educação	28,5%
Habitação e Serviços comunitários	27,1%
Assuntos Económicos	19,5%
Saúde	14,4%
Serviços Públicos Gerais	4,6%
Segurança e Ordem Pública	4,6%
Recreação, Cultura e Religião	0,6%
Protecção Social	0,3%
Protecção Ambiental	0,3%

FONTE: OGE 2021

PROGRAMA DE INVESTIMENTO PÚBLICO (PIP)

✿ Estão inscritos 2.586 Projectos no Programa de Investimento Público executados por diversos Órgãos Orçamentais, sendo que os principais projectos estruturantes encontram-se no sector de energia e águas, construção e transportes.

✿ No leque de Projectos do sector da Energia e Águas, o destaque vai para a execução de Infra-estruturas que visam aumentar a capacidade de Produção e distribuição de energia eléctrica e água potável.

Ministério Da Energia e Águas

Principais Projectos	Valor em Execução (AKZ mil milhões)	Crédito Disponível (AKZ mil milhões)	Valor Liquidado (AKZ mil milhões)
Construção Do Aproveitamento Hidroeléctrico De Caculo Cabaça	86 790 587 757,00	412 927 757,00	86 377 660 000,00
Reabilitação E Expansão Do Sistema De Abastecimento Água De Bocoio	819 109 385,71	385 853 910,60	433 255 475,11
Construção Do Aproveitamento Hidroeléctrico De Laúca E Sistema De Transporte Associado	111 700 190 874,93	247 437 816,33	111 452 748 198,39
Instalação Central Térmica Luanda - Cazenga 2xge Tm 2500+	8 848 737 537,85	429 048 834,93	8 419 688 702,92
Reabilitação E Expansão Sistema De Abastecimento Água De Ecunha - Lcc	7 852 090 760,81	1 067 641 308,06	6 784 449 452,75
Reabilitação E Modernização Da Central Hidroeléctrica Matala	18 892 762 339,82	247 065 045,48	18 645 454 283,74
Instalação Central Térmica Luanda /Camama 4 X Ge Tm 2500+	9 227 173 182,29	505 839 585,51	8 721 333 596,78
Construção Do Laboratório Da Estrutura Central Da Epal- Luanda	479 970 424,90	239 939 712,95	240 030 711,95
Construção De. L.T.220 Kv Gab/Sumbe E Gabela/Wacu Kungo E Respect. S.E'S (Fase 1)	12 431 632 001,00	722 278 327,79	11 709 353 673,21
Construção De Canal Adutor A Partir De Cuamato Até Dombendola	3 729 559 461,19	3 729 559 461,19	0,00
Construção De Captação No Rio Cunene	9 934 929 403,97	9 934 929 403,97	0,00
Construção Do Sistema Associado Ao Aproveitamento Hidroeléctrico De Laúca - Lote C - Lcc	9 230 268 603,00	2 728 695 378,44	6 501 573 224,56

✿ No sector dos Transportes realçam-se os projectos de construção de infraestruturas aeroportuárias, marítimas e ferroviárias, para melhorar a circulação de pessoas e bens no território nacional, destacando-se o projecto de Construção do Nail em Luanda.



Ministério Dos Transportes

Principais Projectos	Valor em Execução (AKZ mil milhões)	Crédito Disponível (AKZ mil milhões)	Valor Liquidado (AKZ mil milhões)
Construção Das Infra-Estruturas Integradas Para O Desenvolvimento Da Baía Do Namibe	60 000 035 873,00	13 881 223 373,00	46 118 812 500,00
Aquisição De 1500 Autocarros Para Transportes Escolar	46 567 194 846,00	1 564 767 365,45	45 002 427 480,55
Construção Do Nail Em Luanda	2 358 612 540,00	2 358 612 540,00	0,00
Construção Da Estação Do Bungo - Cfl	5 643 683 491,00	5 643 683 491,00	0,00
Construção Da Estação Dos Musseques - Cfl	3 129 799 022,00	3 129 799 022,00	0,00
Construção De 4 Passagens Superiores No Cfl Troço Bungo Baía Em Luanda	4 786 770 076,00	4 786 770 076,00	0,00
Aquisição De Navios De Cabotagem Para A Ligação Cabinda-Soyo-Luanda	1 010 000 000,00	1 010 000 000,00	0,00
Construção Da Estação De Viana - Cfl	3 038 248 854,00	3 038 248 854,00	0,00
Construção Da Estação De Viana - Cfl	1 282 032 523,00	1 282 032 523,00	0,00
Construção Da Estação Do Baía - Cfl	3 945 462 072,00	3 945 462 072,00	0,00
Construção Da Estação Do Baía - Cfl	1 282 032 525,00	1 282 032 525,00	0,00
Construção Da Estação Do Kapalanga - Cfl	1 282 032 525,00	1 282 032 525,00	0,00

✿ No sector das Obras Públicas realce para os projectos de reabilitação de estradas nas variadas regiões do país, destacando-se a Reabilitação e Conservação da Estrada Nacional 120, com valor global de **AKZ 17.7 mil milhões**.



Ministério Das Obras Públicas E Ordenamento do Território

Principais Projectos	Valor em Execução (AKZ mil milhões)	Crédito Disponível (AKZ mil milhões)	Valor Liquidado (AKZ mil milhões)
Construção De Imóveis	5 785 749 684,80	233 314 951,53	5 552 434 733,27
Construção De Infra-Estruturas E Instalações	373 966 790,00	297 271 752,00	0,00
Serviços De Estudo, Fiscalização E Consultoria	220 258 285,74	220 258 285,74	0,00
Construção De Infra-Estruturas E Instalações	2 149 002 752,00	740 002 751,99	1 409 000 000,01
Construção De Infra-Estruturas E Instalações	2 351 931 055,60	143 104 424,39	1 978 628 245,45
Serviços De Estudo, Fiscalização E Consultoria	251 327 893,00	251 327 893,00	0,00
Construção De Infra-Estruturas E Instalações	4 130 380 319,62	210 966 154,52	3 919 414 165,10
Construção De Infra-Estruturas E Instalações	11 351 638 165,82	590 353 992,13	10 761 284 173,69
Construção De Infra-Estruturas E Instalações	3 431 728 865,27	192 477 683,06	3 239 251 182,21
Serviços De Estudo, Fiscalização E Consultoria	259 462 257,04	259 462 257,04	0,00
Serviços De Estudo, Fiscalização E Consultoria	271 384 296,57	271 384 296,57	0,00
Serviços De Estudo, Fiscalização E Consultoria	217 447 071,42	217 447 071,42	0,00
Serviços De Estudo, Fiscalização E Consultoria	185 410 750,00	185 410 750,00	0,00
Serviços De Estudo, Fiscalização E Consultoria	251 327 892,84	251 327 892,84	0,00

LEITURA TERRITORIAL DO ORÇAMENTO 2021 (% Despesa Territorial)

Luanda	25,1%
Benguela	8,4%
Malanje	7,5%
Bié	7,3%
Huíla	6,1%
Huambo	5,4%
Zaire	4,4%
Cuanza Norte	4,3%
Cuanza Sul	4,0%
Cabinda	3,9%
Lunda Norte	3,8%
Uíge	3,7%
Cunene	2,9%
Moxico	2,9%
Lunda Sul	2,8%
Bengo	2,8%
Namibe	2,6%
Cuando Cubango	2,1%

A tabela mostra a distribuição percentual da despesa do OGE 2021 pelas 18 províncias do país, cujo valor corresponde cerca de **16,6%** do OGE 2021.

A Província de Luanda apresenta a maior dotação orçamental **25%**, seguindo-se Benguela, Malanje, Bié, Huíla e Huambo com **8,4%**, **7,5%**, **7,3%**, **6,1%** e **5,4%** da despesa territorial respectivamente.

As províncias do Bengo, Namibe e Cuando Cubango estão entre as que apresentam menor dotação orçamental.

Vários factores influenciam a distribuição dos recursos, dentre estes a concentração populacional e o nível de actividade económica de cada província.

Contudo, não obstante a concentração ser visível, o Executivo tem vindo a envidar esforços no sentido de reduzir as assimetrias regionais existentes.

MEDIDAS PARA REANIMAÇÃO DA ECONOMIA NACIONAL

Com objectivo de reanimar o sector produtivo e impulsionar a diversificação económica, o Governo desenhou um conjunto de programas e medidas para melhorar o ambiente de negócio, articulando-os às linhas mestras do PDN 2018-2022 e do PRODESI (Programa de Diversificação e Substituição das Importações).

PROGRAMA DE APOIO AO CRÉDITO



Visa apoiar o acesso ao financiamento para os investimentos privados inseridos na cadeia de produção e comercialização de **54 bens da cesta básica** e outros bens prioritários de origem nacional; Serão empregues **Kz 141 mil milhões** de crédito para a economia real com Taxas de juro bonificadas.

PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÕES



Privatização de um conjunto de **195 activos públicos**, para:

1. Redução da participação do Estado na economia como principal produtor de bens e serviços;
2. Promoção de condições favoráveis à iniciativa privada e ao investimento estrangeiro;
3. Aumento da qualidade e diversidade de bens e serviços para a população.

PROGRAMA INTEGRADO DE INTERVENÇÃO DOS MUNICÍPIOS



O PIIM é uma peça do Programa de Investimentos Públicos que visa o reforço do processo de desconcentração e descentralização financeira do Estado, com a implementação de variados projectos nos diversos domínios da vida social e económica dos **164 municípios**;

Está a ser avaliado em **USD 2 mil milhões** com fonte de financiamento assegurada.

O Executivo continuará com a execução do PIIM, na base da eficiência e transparência dos processos de contratação, bem como os mecanismos de monitoramento.





PROGRAMA DE ACÇÃO PARA A FORMAÇÃO DE EMPREGABILIDADE



Visa estimular a criação de emprego para o sector produtivo da economia, com impacto directo nos jovens e empreendedores;

Irá beneficiar de forma directa mais de **83 mil jovens**, e de forma indirecta mais de **240 mil jovens**;

Este ano, o Programa tem disponíveis **Kz 21 mil milhões** no OGE. Para o alcance das metas, serão investidos recursos na recuperação dos cinco centros de formação profissional (Zaire, Luanda, Cuanza-norte, Huíla e Huambo) e a construção de dois novos centros (Namibe e Bié) bem como de incubadoras para start-ups tecnológicas.

PRIVATIZAR EMPRESAS DO ESTADO. QUEM GANHA SOMOS NÓS.

Através do Programa de Privatizações – PROPRIV – o Estado Angolano procura deixar o papel de empresário e assim focar-se no que é prioritário. Nos Angolanos. Privatizar as empresas públicas irá permitir diminuir as despesas, desenvolver a economia e concentrar-se no desenvolvimento do país para todos.

Desenvolver o sistema de saúde, escolas, infra-estruturas e promover a criação de mais emprego são os principais focos do Estado. Com a alienação de activos e participações do Estado e promoção do investimento privado em Angola, quem ganha somos todos nós.

A economia sobe a despesa desce.

Programa de Privatizações. A contribuir para um futuro melhor de Angola. Por todos nós. Uma iniciativa do Governo de Angola.

GLOSSÁRIO

Despesa Pública - Refere-se a todas as despesas do Estado, incluindo dos organismos que dele dependem, incluindo fundos e serviços autónomos, instituições sem fins lucrativos e a segurança social.

Despesa Corrente - Despesas ligadas a manutenção dos serviços. Enquadram-se aqui o pagamento com pessoal, contratação de serviços para funcionamento das instituições.

Despesas de Capital - São as despesas destinadas à formação ou aquisição permanentes, amortização da dívida, à concessão de financiamento ou a constituição de reservas, bem como as transferências realizadas com igual propósito.

Dívida Pública - corresponde ao conjunto de compromissos financeiros do Estado, vencíveis num determinado prazo. Representa a totalidade da dívida que o Estado contraiu para ser amortizada num determinado período de tempo em moeda nacional ou estrangeira.

Receita Pública - são todas receitas públicas cuja titularidade é do Estado ou autarquia, bem como dos órgãos que dele dependem, incluindo receitas dos serviços e fundos autónomos, doações e operações de crédito.

Receita Fiscal Petrolífera - corresponde aos recursos da actividade petrolífera arrecadadas pelo Estado através de impostos petrolíferos, receita declarada pela Concessionária e outras contribuições e taxas resultantes da referida actividade.

Imposto - é o pagamento cobrado pelos órgãos directos ou indirectos da Administração do Estado às unidade residentes e não residentes, pela produção, venda, compra ou utilização de bens e serviços que incidem sobre os custos de produção em território nacional.

Investimentos - Consideram-se aqui as despesas de capital os pagamentos para aquisição de activo de capital fixo, existências estratégicas ou de emergência, terra ou activos intangíveis, compensação por danos ou destruição de activos de capital fixo ou aumento de capital financeiro.

Caro Contribuinte evite deslocar-se as Repartições Fiscais, Delegações Aduaneiras e respectivos Postos. Para o cumprimento das obrigações tributárias use:



CENTRAL DE APOIO AO CONTRIBUINTE

923 16 70 10

agt.callcenter@minfin.gov.ao



PORTAL DO CONTRIBUINTE

portaldocontribuinte.minfin.gov.ao



ASYCUDA

enpa.funcional@minfin.gov.ao

enpa.tecnica@minfin.gov.ao





AGT MOBILE

www.apple.com/ios/app-store/
<https://play.google.com/store/apps>



AGT
DIGITAL

www.agt.minfin.gov.ao | info.agt@minfin.gov.ao | expediente.agt@minfin.gov.ao
portaldocontribuinte.minfin.gov.ao | agt.callcenter@minfin.gov.ao
Central de Apoio ao Contribuinte (CAC): 923 16 70 10
AGT Mobile - Download |  app store  google play

    /agtangola

Juntos Somos Mais Fortes
Juntos Vamos Mais Longe

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS



GOVERNO DE
ANGOLA

Ministério das Finanças